



Centro Universitário Processus

MODELO DE PROJETO EXTENSIONISTA

CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS Prática Extensionista



PROJETO/AÇÃO (1º/2025)

1. Identificação do Objeto

Atividade Extensionista:

PROGRAMA ()

PROJETO (X)

CURSO ()

OFICINA ()

EVENTO ()

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ()

AÇÃO DE EXTENSÃO SOCIAL ()

Área Temática:

Essa área fala sobre como a tecnologia e a internet influenciam nas leis e na sociedade. O foco está em entender quem é o responsável por coisas erradas que são postadas na internet, até onde vai a liberdade de expressão e o que as leis dizem sobre o que pode ou não pode nas redes sociais. Tudo isso tem como base o Marco Civil da Internet e decisões recentes do Supremo Tribunal Federal.

Linha de Extensão:

- Essa linha de extensão trata das iniciativas voltadas à promoção da cidadania, da justiça e dos direitos fundamentais, especialmente no que tange ao uso responsável das tecnologias e à garantia de proteção jurídica na era digital. Visto a chegada da inteligência artificial, que agora em seu início já amplia a disseminação de FAKE NEWS.

Local de implementação (Instituição parceira/conveniada): Defensoria Pública do Distrito Federal

Título: Responsabilidade Civil por Conteúdo na internet

2. Identificação dos Autor(es) e Articulador(es)

CURSO:

Coordenador de Curso

Centro Universitário Processus

NOME: Prof Adalberto Aleixo

Articulador(es)/Orientador(es):

NOME: Professor Alberto Carvalho Amaral

Aluno(a)/Equipe

NOME/Matrícula/Contato:

IURI VIDAL ESTEVES

MACHADO/2320010000184/iuri.vidal.esteves@gmail.com

3. Desenvolvimento

Fundamentação Teórica

Esse trabalho usa como base uma lei chamada Marco Civil da Internet, que fala sobre as regras da internet no Brasil. Também foram usadas decisões do STF (o tribunal mais importante do país), que mostram como é importante ter regras nas redes sociais e combater as fake news. O ministro Alexandre de Moraes, por exemplo, disse que a internet não é um lugar sem lei, e isso é verdade. A gente também pesquisou autores que estudam direito digital e até como a inteligência artificial precisa de regras pra funcionar bem

Apresentação:

Na apresentação do projeto, será feito um panorama sobre os desafios atuais da responsabilidade civil por conteúdos publicados na internet, com foco no cenário político polarizado do Brasil e nos reflexos disso nas decisões judiciais. Serão abordados casos emblemáticos julgados pelo STF, mostrando como o Poder Judiciário tem atuado para coibir abusos e responsabilizar civilmente atores que disseminam conteúdo ilícito, seja por meio de fake news, discursos de ódio ou manipulação de informações. A fala do ministro Alexandre de Moraes, que defende que a internet "não é terra sem lei", servirá como ponto central da reflexão sobre o equilíbrio entre liberdade de expressão e responsabilidade jurídica. A discussão se ampliará ainda para o impacto das novas tecnologias, como a inteligência artificial, e a urgência de regulamentações eficazes.

Justificativa:

O presente projeto extensionista se justifica pela crescente relevância do debate sobre a responsabilização por conteúdo na internet em um contexto global de transformação digital, impulsionado pela ascensão da inteligência artificial, pelo uso massivo de redes sociais e pela crescente polarização política no Brasil. Trata-se de um tema urgente e estratégico não apenas para o país, mas para a proteção dos

Centro Universitário Processus

direitos fundamentais no mundo digital, sobretudo no que diz respeito ao equilíbrio entre liberdade de expressão e combate à desinformação.

Objetivos:

Geral: Analisar a responsabilidade civil por conteúdos publicados na internet, com base no Marco Civil da Internet e nas decisões mais recentes do STF, e promover a conscientização da população sobre o uso ético e responsável das redes sociais.

Específicos:

Compreender os principais pontos do Marco Civil da Internet no que diz respeito à responsabilização por conteúdo. Apresentar decisões atuais do STF que tratam da regulação das redes sociais e da responsabilização de provedores e usuários. Conscientizar a população sobre o impacto do uso das redes sociais no cotidiano, principalmente em relação a julgamentos públicos e agressões que ocorrem nesses espaços. Refletir sobre como a falta de regulamentação efetiva das redes sociais contribui para a ampliação de discursos de ódio e desinformação, além de analisar o papel das **big techs** e a necessidade de diálogo com elas para melhorar esse cenário. Incentivar o uso adequado das redes sociais por meio da distribuição de materiais informativos em locais de acesso público.

Metas:

- Elaborar panfletos informativos e educativos sobre o uso consciente das redes sociais e os direitos e deveres dos usuários na internet.
- Visitar ao menos uma instituição pública ou privada para realizar uma ação de conscientização, entregando panfletos e conversando com as pessoas.
- Compartilhar informações atualizadas sobre decisões do STF e o Marco Civil de forma acessível para a população.
- Promover, ao final do projeto, uma pequena apresentação dos resultados e reflexões colhidas após o contato com o público.

Resultados esperados:

Metodologia:

A metodologia do projeto será dividida em duas partes. Primeiro, será feita uma pesquisa sobre o Marco Civil da Internet, o papel das big techs e como o uso irresponsável das redes sociais afeta a sociedade. Essa parte será baseada em fontes oficiais e confiáveis, como sites do STF, CNJ e autores da área, depois a parte da pesquisa sobre as leis da internet e o que o STF tem decidido, o projeto vai fazer uma ação prática. Serão feitos panfletos com uma linguagem fácil, explicando os perigos de usar a internet de forma errada, os direitos de quem usa e como funciona a responsabilidade quando alguém posta algo errado. Esses panfletos vão ser entregues em um lugar como uma escola ou ONG, para ajudar as pessoas a entenderem melhor esse assunto.

Centro Universitário Processus

Cronograma de execução:

DATA DE INÍCIO: 30/05/2025

DATA DE TÉRMINO: 07/07/2025

Evento	Período	Observação
PANFLETAGEM	30/05/2025 Á 07/07/2025	

Considerações finais:

Referência Bibliográfica:

1. Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)

Texto completo da lei:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm

2. STF – Supremo Tribunal Federal

Decisões importantes sobre internet, fake news e liberdade de expressão:

<https://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>

3. ADPF 403 (caso da desmonetização e regulação da mídia digital)

Informações no site do STF:

<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4897646>

4. ADI 6387 (regulação de redes sociais e fake news)

Informações no site do STF:

<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5951428>

5. CNJ – Conselho Nacional de Justiça: Justiça e Redes Sociais

<https://www.cnj.jus.br/redes-sociais-e-responsabilidade/>

6. Artigo de Danilo Doneda sobre proteção de dados e internet

(Arquivo disponível em PDF no Google Acadêmico e em sites como o Migalhas):

<https://www.migalhas.com.br/autor/danilo-doneda>

7. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados – Marco Civil e responsabilidade civil na internet

<https://bd.camara.leg.br/>

8. Portal JOTA – Notícias jurídicas sobre decisões do STF e internet

<https://www.jota.info/>

9. Revista Consultor Jurídico – Conjur Pesquise

por: "Responsabilidade civil internet STF"

<https://www.conjur.com.br/>

10. UNESCO – Regulação de plataformas digitais (visão global)

<https://pt.unesco.org/themes/communication-and-information/plataformas-digitais>



Centro Universitário Processus